

JACQUES GONÇALVES BARBOSA
Prefeito

Publicado por:
Silmar Maciel dos Santos
Código Identificador:DE7FBAEB

DEP. DE COMPRAS E PATRIMONIO
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS
Nº. 010/2022

Extrato de Homologação da Tomada de Preços nº. 010/2022, que tem como objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS PELO REGIME DE EMPREITADA GLOBAL PARA CONSTRUÇÃO DE MUSEU DA COLONIZAÇÃO ITALIANA NO DISTRITO SOSSEGO, tendo como contratada a empresa F. DE LIMA DOS SANTOS EIRELI, pelo valor de R\$ 182.627,23 (cento e oitenta e dois mil, seiscentos e vinte e sete reais e vinte e três centavos).

JACQUES GONÇALVES BARBOSA
Prefeito

Publicado por:
Gabrieli Schunke Casarin
Código Identificador:60EDD1F9

DEP. DE COMPRAS E PATRIMONIO
EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 35/2022

Extrato da Dispensa De Licitação Nº 35/2022, que tem como objeto pagamento emergencial de confecção e instalação de grades, com porta auxiliar e ajustes de alvenaria em Posto de Saúde do Bairro Pippi, devido a arrombamento ocorrido, tendo como contratada a empresa O. LEMOS – ME, no seguinte item e valor:

ITEM	QTD.	UN.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	01	UN	Serviços de Terceiros.	8.520,00	8.520,00

JACQUES GONÇALVES BARBOSA
Prefeito

Publicado por:
Gabrieli Schunke Casarin
Código Identificador:13EA7AA6

SEC. DE GOVERNO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS
LEI Nº 4.497, DE 22 DE ABRIL DE 2022.

Autoriza a Contratação Emergencial e Temporária de Excepcional Interesse Público e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO ÂNGELO (RS), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e sanciona a seguinte

L E I:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar por tempo determinado para atender necessidade temporária, nos termos do inciso IX, do Art. 37 da Constituição Federal, e previsão legal do art. 239 da Lei 1.256/90, em razão de excepcional interesse público e contratação por prazo determinado, os seguintes cargos:

Quantidade	Cargo	Carga Semanal	Horária	Padrão/Classe
10	Atendentes	40h		04
01	Artesão	40h		03

Art. 2º A contratação será feita conforme lista de classificados do processo seletivo Edital nº. 71/2021, cujos prazos encontram-se em vigor.

Art. 3º A contratação do referido cargo será realizada através de Contrato Administrativo com validade de 12 (doze) meses nos termos do art. 241, da Lei nº. 1.256/90, podendo ser renovada por igual período.

Art. 4º Ficam assegurados os seguintes direitos decorrentes do presente contrato:

- I- Inscrição no sistema oficial de Previdência Social;
- II- Gratificação Natalina proporcional e férias proporcionais ao término do contrato;
- III- Repouso Semanal Remunerado;
- IV- Insalubridade (conforme Laudo Técnico Pericial) e de acordo com a função exercida e a previsão em lei;
- V- Vale-transporte;
- VI- Serviço extraordinário.

Parágrafo único. O presente contrato poderá ser rescindido antes de seu término previsto no art. 2º, por interesse público, eventual desnecessidade do serviço, ou suprimento do cargo por concurso público.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação da presente lei correrão a conta do orçamento anual.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

CENTRO ADMINISTRATIVO JOSE ALCEBÍADES DE OLIVEIRA, em 22 de abril de 2022.

JACQUES GONÇALVES BARBOSA
Prefeito

JÂNIO FERNANDO BONES
Secretário de Governo e Relações Institucionais

Publicado por:
Saieli do Nascimento Jacques
Código Identificador:81944D82

SEC. DE GOVERNO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS
LEI Nº 4.498, DE 22 DE ABRIL 2022.

Altera-se a Lei Municipal nº 1.256, de 05 de julho de 1990, a qual dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO ÂNGELO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte

L E I:

Art. 1º Altera-se o *caput* e o §1º e inclui-se os §§ 3º, 4º, 5º, 6º, 7º e 8º, ao art. 113-I da Lei Municipal nº. 1.256 de 05 de julho de 1990, os quais passam a ter a seguinte redação:

“Art. 113-I Para a concessão da licença para tratamento de saúde, a pedido ou de ofício, a inspeção será feita por médico, ou cirurgião-dentista servidor do Município.

§1º Inexistindo médico ou cirurgião-dentista do Município, será aceito atestado firmado por outro médico, o qual somente surtirá efeitos após recepcionado pela secretaria competente.

(...)

§3º O servidor deverá apresentar, ou encaminhar por terceiros, ao seu local de lotação o atestado médico em no máximo 02 (dois) dias úteis da data da concessão do atestado, do qual deverá constar obrigatoriamente o CID.